



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **POLÍTICA PARA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

Maria Cristina Xavier Reis Vilas Boas  
(UESB)

### **RESUMO**

Este texto apresenta uma pesquisa em andamento sobre a formação de professores no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A pesquisa trata da análise de um programa que compõe uma das ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído pelo governo federal e implementado pela UESB em 2009.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública, Formação Docente, PARFOR.

### **INTRODUÇÃO**

A formação de professores é uma temática que mobiliza os poderes públicos, a academia, o movimento dos educadores e os setores organizados da sociedade civil. Essa mobilização reflete, em parte, a importância da educação para a sociedade.

Mas, nem sempre, a formação docente foi vista dessa maneira, o que provocou, a médio e longo prazo, profundo descaso por parte dos setores públicos responsáveis, gerando graves prejuízos para a sociedade brasileira.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que traz no artigo nº 62, a exigência de nível superior para os docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, o governo federal vem apresentando diversas

---

· Pedagoga, mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores (NEFOP).  
boascristina@ig.com.br



políticas, para que os estados e municípios possam qualificar seus professores e atender a legislação vigente. No entanto, essa é uma tarefa que, de acordo com os dados do Censo Escolar 2011, exige muito esforço, pois do total de 2.039.261 professores em exercício na educação básica, 26% não possuem formação superior, o que representa 530.207 professores (BRASIL, 2011).

Assim, diante das exigências da Lei, o governo federal instituiu por meio do decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, delegando à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade de fomentar os programas de formação inicial e continuada para os docentes.

Instituindo também por meio da Portaria Normativa nº 09, de 30 de setembro de 2009, do Ministério da Educação (MEC), o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR).

O PARFOR é um programa do governo federal que tem como objetivo oferecer formação inicial e continuada aos docentes em exercício, das redes estadual e municipal de ensino.

O Programa oferece cursos na modalidade presencial (PARFOR Presencial) e a distância (PARFOR à distância). Os cursos oferecidos são designados como (a) 1ª licenciatura – cursos para professores que não possuem graduação; (b) 2ª licenciatura – cursos para professores que possuem licenciatura, mas atuam numa área distinta da sua formação; e (c) Formação pedagógica – cursos para professores com graduação em bacharelado.

O PARFOR, na UESB, foi implantado a partir do convênio nº 656842/2009 firmado entre o MEC/CAPES/FNDE e o Estado da Bahia/UESB, tendo iniciado suas atividades em novembro de 2009.

Inicialmente, os cursos do PARFOR/UESB do campus de Vitória da Conquista foram oferecidos na modalidade presencial, com encontros mensais durante uma semana, nos turnos matutino e vespertino, sendo as licenciaturas ofertadas: Letras Vernáculas, Filosofia, Sociologia, Ciências Biológicas, Matemática, História e Geografia.



Atualmente, o programa está presente nos três campi da Universidade oferecendo os seguintes cursos: Campus de Vitória da Conquista (Licenciatura em Pedagogia), Campus de Jequié (Licenciatura em Artes/Teatro, Sociologia, Letras, Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia e Educação Física) e Campus de Itapetinga (Licenciatura em Pedagogia).

### **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS PRINCÍPIOS DA ANFOPE**

Na década de 1970, o pensamento tecnicista prevalecia nos cursos de formação de professores, que eram vistos apenas como tarefeiros, meros executores de atividades programadas.

Entretanto, o movimento dos educadores e suas instituições representativas, como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) vem desenvolvendo, desde o início da década de 1980, uma luta pela democratização da sociedade brasileira, pela formação dos professores e pela profissionalização do magistério.

Com esse objetivo foi formulado um conjunto de eixos norteadores para a organização curricular, encontrados no documento final do VI Encontro Nacional da ANFOPE (1992), entendidos como princípios orientadores das condições de formação que devem estar presentes em todos os processos formativos, propiciando a todos os estudantes-educadores:

- Sólida formação teórica e interdisciplinar;
- Unidade entre teoria e prática;
- Gestão democrática;
- Compromisso social, político e ético do profissional da educação;
- Trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Articulação da formação inicial e continuada.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Esses princípios formam a base comum nacional, que possui como questão central a abertura de possibilidade de construção de novas configurações curriculares, tendo como carro-chefe a unidade entre teoria e prática, sendo “concebida como forma de resistência aos processos de desqualificação e desvalorização do educador, mediante a imposição de uma perspectiva produtivista e tecnicista aos processos de formação” (Freitas, 2003, p. 21).

Freitas (2003) ainda nos leva a pensar sobre a necessidade de uma formação que ofereça, além de uma base teórica sólida, sua associação à prática docente e Kuenzer (1999) nos remete a importância da construção de uma identidade para o profissional da educação. Essas autoras trazem sérias reflexões para os cursos de formação de professores que se mostram bastantes pertinentes no contexto atual.

Nóvoa (s/d) também nos ajuda a pensar sobre essa relação entre teoria e prática e do trabalho coletivo e interdisciplinar, ao retomar

a ideia da escola como o lugar da formação dos professores, como o espaço da análise partilhada das práticas, enquanto rotina sistemática de acompanhamento, de supervisão e de reflexão sobre o trabalho docente. O objectivo é transformar a experiência colectiva em conhecimento profissional e ligar a formação de professores ao desenvolvimento de projectos educativos nas escolas (Nóvoa, s/d, p. 7).

Diante da nova Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, lançada em janeiro de 2009 pelo governo federal, é imprescindível que todos os envolvidos analisem e discutam coletivamente a proposta.

Para além dos conhecimentos disciplinares e pedagógicos, Freitas nos lembra de que,

No âmbito do movimento da formação, os educadores produziram e evidenciaram concepções avançadas sobre formação *do educador*, destacando o caráter sócio-histórico dessa formação, a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade (Freitas, 2002, p. 139).



Formar esse profissional que possui conhecimento histórico, senso crítico e capacidade de interferir em sua realidade social, exige compromisso técnico, político e ético dos poderes públicos e das instituições envolvidas em seu processo formativo.

Isso significa dizer que o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído em setembro de 2009, precisa também ser analisado e discutido, tanto pelas instituições envolvidas a nível federal, estadual e municipal, quanto pelos professores e estudantes-professores.

Esta ação está diretamente relacionada com dois princípios defendidos pela ANFOPE: a gestão democrática e o compromisso social, político e ético do profissional da educação. É preciso superar a visão conteudista e fragmentária tão presente em nossos processos formativos, estejam eles na Educação Básica ou na Educação Superior.

Nesse sentido, Kuenzer (1999) nos ajuda a pensar sobre o papel dos educadores quando afirma que,

[...] A tarefa que resta a ser feita por esses profissionais é traduzir o novo processo pedagógico em curso, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas (Kuenzer, 1999, p.166).

Rus Perez (2010), lembrando a complexidade que envolve o ciclo de uma política pública (agenda, formulação, implementação e avaliação), nos lembra que,

é importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona. Também é importante investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas e como elas funcionam e se são exitosas (Rus Perez, 2010, p. 180).

Sendo assim, pesquisar o Programa Especial de Formação de Professores da UESB significa exercitar a análise, a reflexão e a crítica sobre o fazer político, pedagógico



e administrativo de um programa, representante de uma política educacional, que representa uma visão de mundo e um projeto de sociedade que precisa ser desvelado e conscientemente compreendido.

## PROPOSTA METODOLÓGICA

A pesquisa, de cunho investigativo e interpretativo, está sendo realizada por meio de uma abordagem qualitativa, que rompe com o modelo positivista, tão presente na abordagem quantitativa, não aceitando que os procedimentos das Ciências Naturais sejam transpostos para as Ciências Sociais, em virtude das especificidades da vida social, buscando uma compreensão das complexas inter-relações que acontecem na vida real (Meirinhos & Osório, 2010).

Para Goldenberg, “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória” (Goldenberg, 2000, p. 14).

A estratégia metodológica utilizada na pesquisa é o estudo de caso, que segundo Gil (2002, p. 54), é definido como “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, apontando como suas vantagens o estímulo a novas descobertas e a ênfase na totalidade. Martins (2008), assim o define,

Estudo de caso é uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde. Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado (Martins, 2008, p. 11).

Os dados coletados estão sendo analisados à luz dos princípios estabelecidos pela ANFOPE e por autores que sustentam e defendem tais princípios para a formação de professores como H. Freitas, A. Kuenzer, I. Brzezinski, L. Scheibe, A. Nóvoa, entre outros.



Os princípios orientadores estabelecidos pela ANFOPE que devem estar presentes nos processos formativos para a docência são: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade entre teoria e prática; gestão democrática; compromisso social, político e ético do profissional da educação; trabalho coletivo e interdisciplinar e articulação da formação inicial e continuada. (ANFOPE, 2002).

Os sujeitos da pesquisa são os alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Letras, Matemática, Artes/Teatro, Educação Física e Pedagogia, além do coordenador-geral, dos coordenadores dos colegiados dos cursos e dos professores. Sendo utilizada uma amostragem, com os discentes e docentes, em função do quantitativo de pessoas envolvidas.

Os instrumentos para coleta de dados utilizados são: análise documental, entrevistas com o coordenador-geral do Programa, os coordenadores dos colegiados dos cursos e professores, além de aplicação de questionários com os alunos.

Todos os dados levantados serão analisados a partir dos princípios da ANFOPE e dos estudos teóricos que fundamentam a pesquisa. Em função da variedade de instrumentos utilizados na coleta de dados - análise documental, entrevistas e questionários - será feita uma triangulação entre os dados obtidos, com o objetivo de ajudar na clarificação dos seus significados. Como esclarecem Meirinhos & Osório (2010), ela é uma importante estratégia de validação,

[...] na medida em que torna possível a combinação de metodologias para estudo do mesmo fenômeno. Por outras palavras, a triangulação permite obter, de duas ou mais fontes de informação, dados referentes ao mesmo acontecimento, a fim de aumentar a confiabilidade da informação (Meirinhos & Osório, 2010, p. 60).

## CONCLUSÕES

Formar professores não é uma tarefa fácil, não a formação defendida pela ANFOPE e demais instituições representativas dos profissionais da educação.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Historicamente, muitas vezes, o modelo de formação de professores disponibilizado tem colaborado para que a profissão docente seja desvalorizada não apenas pelo próprio governo, mas também pela sociedade civil.

Esse quadro, por si só, revela a importância da avaliação das políticas públicas de formação de professores para a educação básica. É fundamental retomarmos os questionamentos feitos por Kuenzer (1999): Qual o novo processo pedagógico em curso? A quem ele serve? Quais as suas contradições? Quais novas articulações podem ser construídas? Como colocar a educação a serviço de relações verdadeiramente democráticas?

Esta pesquisa ao estudar a implementação do PARFOR na UESB e identificar a visão dos sujeitos envolvidos sobre o programa, a partir do referencial teórico especificado, espera contribuir para a análise e reflexão deste programa de formação de professores na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

### REFERÊNCIAS

- ANFOPE. **Documento Final do VI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Belo Horizonte (MG): 1992.
- BRASIL. **Lei nº 9424/96 de 24 de dezembro de 1996**. Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília/DF, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 6755/2009**. Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica Distrito Federal. Brasília/DF, 2009.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 09/2009**. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR). Brasília/DF, 2009.
- BRASIL/INEP. **Censo Escolar 2011**. <<http://portal.inep.gov.br>> (Acesso em 25/11/2012).
- BRZEZINSKI, I. **Dilemas e desafios nas políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação básica**. <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/135.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/135.pdf)> (Acesso em 05/12/2012).





ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos e formação. **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 23, nº 80, 2002, p. 136-167.
- FREITAS, H. C. L. Certificação Docente e Formação do Educador: regulação e desprofissionalização. **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 24, nº 85, 2003, p. 95-124.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- KUENZER, A. Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. **Revista Educação e Sociedade**. Ano XX, nº 68 [número especial], 1999, p. 163-183.
- LUDKE, M. & BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 159-180.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. <file:///C:/Users/Vilas%20Boas/Downloads/21-152-5-PB.pdf> (Acesso em 12/09/2014).
- MEIRINHOS, M. & OSÓRIO, A. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação**. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3961> (Acesso em 12/09/2014).
- NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. <[http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf)> (Acesso em 12/09/2014).
- RUS PEREZ, J. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 31, n. 113, out.-dez. 2010, p. 179-193.
- SCHEIBE, L. Política educacional e a formação de magistério no Ensino Médio. In: BICUDO, M. A. V. & SILVA Jr., C. A. (Orgs.). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: Editora UNESP, v. 2, 1999, p. 65-74.